

Aos seis dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco reuniram-se de forma on line para a 2ª reunião de Câmara de Normas e Planejamentos os conselheiros Ana Lucia Rodrigues, Angela Branco Guimarães, Carla Cristine Agulham, Caroline Pereira de A. Maia, Clície Maria Cancelier Negoseki, Luiz Carlos Costa da Silva, Marinês Gabriela C. Jarek, Marilza Aparecida Pereira Teixeira, Rodrigo Cristiano Oliveira, Sandro de Jesus Correia e a convidada Marilette Kuhn.

A Presidente Ana Lucia solicita aos conselheiros que registrem no chat se estão de acordo com a gravação, e após verificação do quórum, inicia a 2ª Reunião de Câmara de Normas e Planejamentos, reforçando que na primeira reunião houve a participação dos convidados Jéssica, Mariane, Solange e Lilian que fazem parte da equipe de direitos humanos aqui da Secretaria de Educação e fizeram algumas apresentações, esclareceram dúvida aos conselheiros. Reforçou que solicitaram a presença da Marilette, passando a palavra para a conselheira Clície que diz “comentei que eu li a resolução, a deliberação e eu senti falta de deixar de forma explícita o público alvo da educação especial, quando se fala em direitos humanos, se fala em direitos humanos, no meu entendimento, da leitura do documento, fica mais instituído para as relações étnico-raciais, aos migrantes, implicitamente fica subentendido, quando se fala diferença e a diversidade do público alvo da educação especial. Mas eu gostaria que ele ficasse de forma mais esclarecida no documento até por uma forma de garantir, sim, porque muitas vezes a gente esquece que os direitos humanos desse público também são violados quase todos os dias. Então, seria essa a minha proposição. A Presidente Ana Lucia solicita que o secretário Rodrigo faça a leitura do documento e pede aos conselheiros que à medida que tiverem alguma inclusão ou algum esclarecimento se manifeste para que seja alterado caso seja necessário. O Secretário Rodrigo inicia a leitura da Deliberação 3/2025 do Conselho Municipal de São José dos Pinhais. A Conselheira Clície diz que tem uma sugestão “ aqui em desenvolvimento de processos metodológicos, participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados e adaptados ao público alvo da educação especial.” A Conselheira Carla fala “ poderia ser adaptados, porque quando a gente fala adaptados também pensa nos bebês.” A Conselheira Clície continua “ muitas vezes o material que é feito contextualizado, ele não, a criança ou o estudante da educação especial, não dá conta do material ou colocar adaptados às necessidades educacionais específicas, que daí abraça a todos.” A Secretaria do CME, Valdeineia, faz a transcrição do texto já no documento e questiona qual deles fica melhor, a Conselheira Clície diz “aqui adaptados às necessidades educacionais específicas.” O Secretário Rodrigo continua a leitura. A Convidada Marilette questiona “ eu não entendi muito bem essa última parte aqui bem como a reparação das diferentes formas de violação de direitos. De

que forma que vai ser reparado essas formas de violação de direitos? Elas chegaram a falar?” A Presidente Ana Lucia responde “não falaram, até porque não apareceu como dúvida. Eu acho que dá para sublinhar. Faça só um destaque para a gente voltar depois. Vamos ver se não aparece durante o no restante do corpo do documento.” A Convidada Marillette diz que não conseguiu ler o texto e a Presidente ANA confirma que foi uma falha de não ter enviado antes. O Secretario Rodrigo continua a leitura. A Conselheira Clície questiona “ aqui na , a inclusão da EDH na construção dos referenciais curriculares, projetos políticos pedagógicos dos regimentos escolares e nos diferentes processos de avaliação. Esses diferentes processos de avaliação não seria redundante se dentro do referencial curricular no PPP já fala de processo de avaliação. Não sei em que contexto foi discutido essa parte.” A Conselheira Marilza concorda e diz “ até porque processos de avaliação na educação de direitos humanos, isso pode se transformar em uma pergunta na prova das crianças.Será que é mesmo necessário esse processo de avaliação ali nesse contexto?Talvez avaliação do programa, mas de outra forma. Não sei, achei que fiquei na dúvida ali também.” A Presidente Ana Lucia fala “ Carol, acho que daqui é com você, porque quem recebeu o documento, quem está com documento na elaboração documento quando você colocou estavam lá no documento deles.” A Conselheira Caroline diz “ eu concordo com o que elas estão falando, visto ali do referencial PPP e o regimento, eu acredito que o processo de avaliação fica muito aberto. Que tipo de processo de avaliação, passou despercebido. Na verdade, eu acho que dá para colocar um ponto final ali em regimentos escolares e fecha, os três documentos que norteiam a unidade.” O Secretario Rodrigo continua a leitura no art 6º. A Conselheira Marilza solicita “ Aquela questão da palavra, o incentivo. Incentivo à participação. Eu acho que incentivo é uma coisa que fica vago também. Posso dizer que eu trabalhei e incentivei, talvez ali a promoção a participação.” A Conselheira Carla solicita “ eu gostaria de pedir se haveria como colocar bebês e crianças. Você precisaria de um parágrafo único onde lesse crianças, compreenda ser bebês, crianças, de acordo com a BNCC, que traz crianças, é, bebês, crianças pequenas e crianças bem pequenas. Porque no nosso encontro da semana passada nós trouxemos isso pra pauta, de contemplar bebês ali ou faz automaticamente bebês/crianças em estudantes.” A Conselheira Caroline diz “ É possível fazer aonde já esteja a palavra crianças fazer essa adequação em todo o documento. É possível isso, Ana, Rodrigo, em toda onde aparecer crianças e estudantes que estejam direcionado, ao público alvo ali da aqui da educação, que se coloque então o pedido da Carla .” O Secretario Rodrigo fala “ lá no artigo 11 a gente já fez essa adaptação, no inciso cinco, acompanhamento pedagógico de bebês, crianças, estudantes, adultos, migrantes, imigrantes, refugiados, povos nômades, apátridas e solicitantes de refúgio.Eu acredito que dê pra gente deixar assim em todos para ficar o texto igual.” A Presidente Ana Lucia fala “ vou falar aqui sobre o que eu vejo que tem que ser arrumado. Mas eu acredito que ele está falando de

crianças de forma geral e os estudantes de forma geral. Então não teria problema se não colocasse também, porque a gente vai especificar melhor lá no artigo 11, lá no artigo 5º, como nós estamos, o nosso assunto é instituir normas para implantação da política municipal de educação e direitos humanos, lá no artigo 5º teria que ser assim: a política municipal de educação e direitos humanos deverá prever. Ele está colocando como prevê, como se já existe. Então ele não existe ainda, ele deverá prever, precisa ser arrumado ali. Assim como no sétimo, a política de educação e direitos humanos tem como eixos, terá como eixos, porque a gente está implantando aqui, a gente está normatizando uma política, ela ainda não está implementada ainda no nosso município. Então, temos um parecer favorável, mas aqui sairão as normas, as normativas. Então, teria que arrumar ali. Agora, no inciso que a que a Carla está colocando, está solicitando, poderíamos colocar todos aqueles nomes, mas a gente também pode deixar dessa forma porque está falando de crianças em geral e de estudantes de forma geral. Porque aqui ele está falando só dos eixos estratégicos, mas a gente pode colocar sim, que tenha a ver com aquilo que quanto mais claro, melhor. Então, teria que perguntar aos conselheiros se eles concordam que deveria arrumar ali e deixar bem específico o artigo 5, como a gente colocou no 11. “A Conselheira Caroline diz “acredito assim, aí vocês me ajudem e me corrigem. Lá no artigo primeiro está escrito: Fica instituída no âmbito da educação municipal a política de educação e direitos humanos a ser observada em todo o sistema municipal de ensino e suas instituições. Eu entendo que quando a gente coloca isso como primeiro, ele está dizendo que o documento está regendo a todos que contemplam um sistema de ensino aqui do município de São José dos Pinhais. Esse é o meu entendimento. O que poderia, então, fica a minha sugestão, é fazer ali embaixo, entende por, enfim, para que não fique essa esse debate aí durante o documento. Eu entendo que o e esse artigo ele cobre a todos que estão dentro do sistema de ensino do município de São José dos Pinhais. Essa é a minha visão. Quando a gente coloca, define no primeiro artigo lá que ela está que ela será instituída, que ela será instituída no âmbito da educação municipal de São José dos Pinhais, você está contemplando todo mundo, criança, bebê, estudante, migrantes, não migrantes, enfim, todo mundo que está ligado ao sistema público aqui de São José vai ser.” O Conselheiro Luiz diz “só uma contribuição, acredito, eu entendi o que a Carla colocou ali, mas eu acredito que não precisa ficar essa escrita nesse termo aí, porque ela já está marcando tudo ali. Então, até naquele que o Rodrigo acabou de ler lá, que fala dos apátridas também não precisa, porque ele já está inserido nas outras legislações, nacional e também estadual. Isso daqui é mais municipal para toda a educação. Então, a política de direitos humanos ali, ela já está inserida nesse contexto. Isso aqui é para dar um norte geral nesse sentido. Então, acho que é tanto cinco quanto onze, eu acredito que não cabe ali essa especificidade em si por conta de já ter em legislações anteriores a essa que a gente está fazendo.” A Conselheira Carla reforça que seria apenas no primeiro

“sem ficar repetindo. A ideia era realmente de marcar que nós conversamos na semana passada de realmente fazer esse marco, porque naturalmente não visibiliza, há uma visibilidade para a criança maior e não para o bebê. Então, se lá no início completasse ou referendasse, marcasse quem são pelo resto do documento, pelo decorrer documento, não haveria por colocar. É só nesse sentido assim de fazer esse marco, porque fatalmente esquecem dos bebês, as pessoas ainda não visibilizam mesmo o bebê como uma pessoa pequena e de direitos. Realmente é um marco da causa que a gente vem colocando aí em outros segmentos. A Ana esteve com a gente, Ana, no seminário e também presenciou essa importância do marco dos bebês.” A Presidente ANA Lucia fala “ Eu acredito que a o formato, como a Carol colocou, eu acredito que está bem interessante. Já lá no artigo primeiro, a gente pode colocar parágrafo único. Entende-se por crianças e estudantes todos aqueles que fazem parte do processo do sistema municipal de ensino São José dos Pinhais, entre eles aí bebês, crianças pequenas, acredito que daria pra gente colocar sim esse parágrafo único.” O Conselheiro Luiz reforça “ Apenas lá, daí não precisa, está escrito todo o documento citando lá.” A Conselheira Carolline diz “ o especial também.” A Presidente Ana Lucia continua “ Porque a gente já está destacando quem são as crianças estudantes, aí no parágrafo único. Se aí a gente tem que pensar bem nessa redação aí que fique bem clara, que aquilo que a gente discute, tem que deixar bem explícito pro pessoal entender, porque aquilo que não está claro, daí vão dizer assim: "Ah, mas não colocaram direito para os bebês não colocaram direito para os estudantes da EJA, então nós temos que deixar bem claro aí, acredito que a gente pode seguir o documento, daí ir pensando, eu vou pensando aqui como é que a gente pode colocar e daí depois a gente aceita as sugestões, Carol, daí pensar um pouquinho como colocar aí pra gente só acrescentar isso.” O Secretario Rodrigo da sequência a leitura no Capítulo 3 do Programa de Educação e Direitos Humanos.” A Conselheira Clície fala “ quando fala dentre outros, é nesse sentido que eu comentei hoje, porque fica assim: igualdade e equidade étnico racial, religiosa, cultural, territorial, geracional, de gênero e dentre outros. Quais são esses outros?Então, é nesse sentido que eu coloco que quando se fala em equidade de direitos humanos, a gente jamais pode deixar de esquecer da do público alvo da educação especial. Então a gente poderia colocar ali, ó, pessoas com deficiência, depois o dentre outras, porque fica assim como se fosse em segundo plano ou terceiro plano ou se alguém lembrar deles, faz alguma articulação. Eu estou lendo aqui para ver como que fica. Eu vou pensando aqui, Rodrigo para não ficar parado.” A leitura do documento segue. O Secretario Rodrigo fala “ Se a gente deixar lá em cima explicação no artigo primeiro, a gente tem que rever para tirar daqui?” A Conselheira Clície fala “ Daí se a gente escreve o público lá em cima, a gente pode tirar aqui, porque aqui também tem que entrar pessoas com deficiência.” O Secretario Rodrigo fala “ Eu acredito que deixando certinho lá em cima, a gente pode finalizar aqui e alguma coisa relacionando ao sistema do pessoal que é contemplado no

sistema municipal de ensino, alguma coisa assim, crianças adultos, estudantes adultos somente.” A Presidente Ana Lucia reforça “Isso.Porque a especificidade a gente vai dar lá no primeiro.” Segue a leitura do documento. A Conselheira Clicie reforça que seja incluído aqui o tema, da pessoas com deficiência e fala “ Na verdade, Rodrigo, eu acho que a gente poderia trocar pessoas com deficiência para o público alvo da educação especial, porque não só pessoas com deficiência, tem síndromes, tem altas habilidades, superdotação. Obrigada. A leitura segue e a Conselheira Clicie novamente solicita “ mas para incluir aqui também, porque muitas vezes eles são subnotificados, inclusive no Sere, no contribuir na sensibilização da importância do é o quinto .Acho que inclui aqui depois situação socioeconômica, uma vírgula público alvo da educação especial, depois de socioeconômica aqui da criança e, nacionalidade vírgula, associação situação socioeconômica e público alvo da educação especial.” O Secretario Rodrigo pergunta” após o socioeconômico, não seria melhor no final?” A Conselheira Clicie responde “ Não, porque ele faz parte aqui, sobre aspectos de pertencimento racial, étnico, nacionalidade, vírgula, situação socioeconômica e público alvo da educação especial da criança estudante atendida, porque ele pode ser um migrante e Tea, um negro Tea, nesse sentido.” A Presidente Ana Lucia diz “ Eu quero só fazer uma um destaque aqui, principalmente ali Marillette eu me preocupo como é que vai ser colocado a questão da escuta, não pensar assim, que eu vou estar indo conversando com as crianças, qualquer um lá da escola vai chegar e vai querer pegar a criança e ouvir , eu acho aquela criança está passando algum problema, vou chamar e vou conversar com ela.Isso não pode, gente. Isso é crime, nós temos lá o pedagogo, nós temos o diretor se ele tiver suspeitas, ele mesmo não pode mais agora, hoje em dia, chamar essa criança para perguntar o que está acontecendo. Tem que ter todo um cuidado, assim como tem o Conselho Tutelar, então tenho o Nudcai, chamar atenção em relação a essa questão dos espaços de escuta e como vai ser feita essa escuta. Eu acho que precisa de uma orientação ou talvez colocar ali a questão de orientação pelo Nudcai, porque não tem como hoje chegar simplesmente, ah, professora achou que tem alguma coisa, ela vai lá chama a criança no cantinho e já começa a questionar a criança, isso hoje em dia não é permitido mais, te legislação que não permite.” O Conselheiro Sandro fala “ eu não sei aonde cabe ali, mas entra um pouco nessa reflexão que a Ana está trazendo, eu senti falta da referência desses equipamentos de garantia de direito até a participação dos conselhos, que eu não vi nenhum momento citando ali que nem o CDS, o Conselho de Educação, o Conselho da Pessoa Idosa, para eles participarem, não de forma ativa, mas serem instrumentos de pesquisa, serem instrumentos que dentro do município são alguns são algumas pessoas, alguns serviços que garantem esse a garantia do direito humano. E essa participação que nem do Conselho Tutelar, ele também garante o direito da criança, então na primeira infância ali todo até os seus 18 anos. E eu senti um pouco de falta nesse documento essa referência desses equipamentos até a pesquisar como

posso falar. Eles na parte da, eu até li, eu tentei ver se cabia no capítulo três, ah, a participação das dos conselhos, mas na parte de estudo, essa comissão de direitos humanos, eles buscarem essas pessoas como referência também para trazer mais conteúdo, agregar mais, mostrar quando for se apresentar para os professores que dentro do município existe outras ferramentas que garantem o direito humano. Exemplo, o Conselho da Pessoa Idosa, o Conselho da Educação, o CMDCA para referenciar nesse documento. Não sei se eu posso estar falando, é a primeira vez que eu participo da comissão.” O Conselheiro Luiz diz “ Isso acho que tem que ver ali essa questão da do objetivo e o foco dessa deliberação, dessa normativa, porque essa fala do Sandro, ele é bem importante, sim. E eu acredito que, se eu não me engano, os conselhos já têm uma cadeira ou assim uma representatividade dentro do da Comissão de Direitos Humanos ali, sobre essa normativa daí eu tenho que só questionar dentro dessa fala dele qual é o objetivo de todo este movimento. Isso daqui é para a parte da educação, é pro município como um todo, porque pelo que eu li entendi do documento, isso está sendo colocado para poder inserir dentro do currículo ali parte da educação, e só me gera essa dúvida e realmente a fala do centro é muito importante por conta disso. Então isso tem que ser levado em consideração, sim, mas antes de tudo tem que verificar o objetivo disso tudo que foi colocado, nesse documento.” A Convidada Marillette fala “ É só para complementar, Ana, o que você falou com relação aos espaços de escuta, eu acho que aqui nesse parágrafo a gente tem que tomar bastante cuidado com relação a isso, porque a gente pode criar uma demanda para pros direitos humanos que não pertence a eles, a escuta especializada ela existe dentro do município, mesmo existindo Nudcai ou Nudcai não faz a escuta especializada pelo Nudcai, ele faz a escuta especializada pelo sentinel, pela saúde. Então, eu acho que tem que, , cuidar com, com a forma como está que eu entendi o que elas querem falar, que é só um espaço onde as crianças possam estar falando, para se criar este diálogo, mas tem que tomar cuidado com essa palavra escuta para não se criar uma demanda que não pertence aos direitos humanos, e sim ao à escuta especializada.” A Presidente ANA Lucia fala “ Eu pensei assim, que ali nesse inciso seis poderia colocar articular ou de forma orientada pelo Nudcai, a criação de espaços de disputa ou a própria direção a direção da unidade educacional articular, orientada pelo Nudai, os espaços de escuta e diálogo entre profissionais de educação sobre questões relacionadas aos direitos humanos. Eu acho que aí tem uma orientação que daí vocês vão dar de forma geral e depois, especificamente, quem tiver dúvida, eu acredito que não retira porque, aquilo que a gente conversou, aquilo que você acabou de falar, mas que vocês orientem qual, qual é a forma desse espaço de escuta, do que ele pode fazer, porque nós temos tantas pessoas envolvidas aí nas unidades educacionais que umas podem entender realmente o que se quer o documento e outras podem entender aquilo que eu falei que vai ter que ter um espaço de escuta e ficar tentando lá vendo a criança que ela vai fazer, porque lá no meu começo, como pedagoga,

a gente fazia esse espaço de escuta com as crianças. Hoje não pode mais, mas naquela época a gente poderia conversar quando a gente suspeitava que a criança estava passando qualquer problema relacionado a abuso ou outras questões, e é claro que a na época era muito mais pela preocupação do que a criança tava passando e tentar ajudar da melhor forma possível. Hoje a gente tem que ter cuidado para fazer isso, até porque a minha filha, ela está trabalhando diretamente com um promotor e ele disse que uma das coisas que chamou a atenção dele foi de que numa escola fizeram esse trabalho de escuta, de chamar a criança e tal e daí foram, contar. Ele deu voz de prisão para elas, tanto pra professora quanto para a pedagoga e a direção, porque elas não podem fazer, acho que isso também é importante até de trazer palestras e ter esse cuidado aí de quem é sabe, tem esse conhecimento mais aprofundado para que quem está na unidade não cometa esse erro, porque não é algo que todo mundo tem conhecimento, e que é necessário.” A Convidada Marillette diz “ é, a questão é por causa da revitimização. A lei, ela é muito específica com relação à questão da revitimização. Então, a gente faz a escuta e às vezes o profissional não sabe o que fazer com essa situação. Expõe a criança numa situação vexatória dentro da escola, infelizmente eu já vivi isso, Ana, de fazer alguém, algum profissional, a criança fazer a revelação espontânea e aí fazer aquele comentário dentro da escola. Claro que não é por maldade, é por falta de conhecimento mesmo que a pessoa acaba fazendo, então, por isso que eu pensei nessa palavra escuta, talvez mudar, deixar só um espaço de diálogo mesmo, tirar a palavra escuta dali, sabe?” A Presidente Ana questiona “ Você acha que tem que tirar escuta, a palavra escuta. Todos concordam? E é melhor também. É, podemos retirar a isso?” O Conselheiro Luiz fala “que só tem que acertar, tem que acertar ali a orientação do Eu não sei se é Nudcai agora, porque é divisão não é mais núcleo.” A Convidada Marillette reforça “ Ainda não mudou, Luiz. Então continua Nudcai ainda. Porque saiu a questão do cargo de coordenadora do Nudcai, mas não da divisão. Pelo menos não chegou no meu conhecimento. Eu tenho que conversar com a Cris.” A Presidente Ana Lucia continua “ E ali no sétimo, acho que daria para colocar ali fala identificar desafios e necessidades das unidades educacionais do que se refere educação em direitos humanos, informando que no município há os conselhos é que estão envolvidos nas questões como o do CMDCA, o do idoso, o conselho. Então levar conhecimento mesmo informando. Acho que essa é a nossa parte, a gente informar e levar a conhecimento do nosso nossos estudantes, nossas crianças, o nosso público alvo e as famílias que existem outros conselhos. Que é isso que o Sandro está solicitando, não dizer especificamente o que é ou que a gente vai fazer um trabalho de articulação, mas informar sim e se houver necessidade. Claro que a gente vai fazer uma articulação principalmente com CMDCA, porque ele aí acaba estendo envolvido em algumas situações. Então, talvez identificar desafios e necessidades das unidades educacionais no que se refere à educação e direitos humanos, , informando ou articulando com os demais

conselhos e aí citar quais são esses conselhos, informando e articulando quando necessário, com os demais conselhos. Daí dois pontos aí a gente vai citar quais são com os demais conselhos. Daí dois pontos, o CDCA que aí a gente tem que lá conselho municipal, daí vai ter que citar ele. Porque a gente não citou ele no documento, então não pode abreviar ainda. Põe abreviatura depois. O conselho do idoso, o CMDCA, o Conselho do Idoso, o do pessoas com deficiência.” O Conselheiro Luiz diz “ Conselho de Educação, o municipal Conselho das Pessoas com deficiência.” A Presidente Ana Lucia reforça “ Não, esse já é o nosso. Esse é o nosso documento, então ele não entra, não precisa citar o nosso. Então a gente vai articulando com os demais conselhos. Acho que é isso, e o Conselho Tutelar. Não podemos esquecer o Conselho Tutelar.” A Convidada Marillette questiona “ O Nudai vai ser incluído nessa parte, Ana?” A Presidente Ana Lucia responde “ como a gente já colocou ali articular ali acho que só precisa arrumar que vai ter a orientação do Nudcai no sexto, o sétimo a gente só está falando dos demais conselhos, porque daí o Nudcai não é um conselho.” O Conselheiro Luiz fala “ Cabe, cabe aí também de repente o próprio Ministério Público?” A Convidada Marillette responde “ é que tem um fluxo, Luiz, que primeiro passa assim pelo Conselho Tutelar para depois ir para Ministério Público. Não dá para encaminhar direto pro Ministério Público porque eles devolvem pra gente perguntando quais foram as ações do município, do conselho, enfim.” O Conselheiro Luiz fala “Não, mas aqui ele está falando ali da identificar os desafios e necessidades das unidades educacionais que se requer à educação informando e articulando. Eu acho que cabe sim. O Ministério Público é um parceiro dos conselhos aí, né?” A Presidente Ana Lucia responde “ Mas ele não é um conselho, daí a gente vai ter que mexer, é porque na verdade assim, nós como serão orientados pelo Nudcai, o Nudcai vai encaminhar, vai colocar o fluxo, correto?” O Conselheiro Luiz diz “ Tem que verificar. Não é um conselho, é ter de colocar mais um mais um inciso, talvez, mas os conselhos acho que já conseguem, na pior das hipóteses, e o conselho já emite para o Ministério Público, se for o caso também.” A Presidente ANA continua “ é a responsabilidade do Nudcai de encaminhar o fluxo correto.’ O Secretario Rodrigo continua a leitura do documento no Capítulo 4, das disposições finais. A Conselheira Clicie questiona “ Rodrigo, o artigo 13 aqui, ó, a Secretaria Municipal de Educação poderá baixar instruções que se façam.É, eu fiquei, eu achei, fiquei um, em dúvida aqui com a, com esse texto. Por exemplo, assim, a Secretaria Municipal de Educação poderá baixar instruções que se façam necessárias ao cumprimento dos ou poderá emitir instruções normativas.” A Presidente Ana fala “ Na verdade, acho que foi a Carol passou, mas acho que não tem problema, Carol mexer ali.” A Conselheira Carolline afirma que não tem problema, podendo fazer a alteração necessária. A Presidente Ana Lucia diz “ Eu acho que poderá emitir normativas e instruções. Ou ainda normativas ou instruções, é só tirar a palavra baixar aí. Isso aí a gente volta lá no começo do documento, não sei se alguém elaborou lá na parte do parágrafo único. Carol, você fez alguma tentativa? Eu fiz uma aqui. Aí,

claro, talvez tenha que mexer em algum verbo, porque a gente vai pensando. Eu achei no começo também tinha colocado como entende-se, mas depois fiquei pensando que fazem parte desse processo ou que estão envolvidas nesse processo o público atendido no sistema de ensino de São José dos Pinhais. E aí a gente vai colocar bebês, crianças bem pequenas, crianças pequenas, crianças bem pequenas, estudantes, jovens, adultos, migrantes, imigrantes. Aí cita todo o que nós está temos colocado lá no artigo 11. Acho que é só uma questão de arrumar ali, o verbo correto, mas é a intenção é que estão envolvidas o que fazem parte desse processo. Então, o público atendido no sistema de ensino de São José dos Pinhais, bebês, crianças bem pequenas, crianças pequenas, estudantes, jovens, adultos, migrantes, imigrantes, apátridas e demais. O que vocês acham?” A Conselheira Clicie diz “ e não esquecer do foco da educação.” A Presidente Ana continua “ é o público alvo da educação especial. Aí a gente só tem que arrumar para ficar bem certinho. Você, você daí lá artigo 5º, quem está digitando é a Neia? O artigo 5º. Isso. Você já arrumou. Deverá prever, tá” A Conselheira Clicie solicita “ É, só voltando ali, naquela parte que eu coloquei pessoas com deficiência, se pudesse trocar por é público alvo da educação especial, por favor.” A Presidente Ana Lucia continua “ ali no tirar o ordinal do 10. É 10, artigo 10 é até o nono que é ordinal, tá gente, a partir do é artigo 10, não é artigo 10º, é artigo 10. Só voltando lá no sétimo, o inciso cinco ficou a promoção. Então, acho que é isso. Eu acho que agora está redondinho.” O Secretario Rodrigo questiona “ Ana, só uma situação ali, me corrigir se eu tiver errado, lá no artigo sétimo, os incisos, ele quando finaliza os incisos, ele vai com ponto e vírgula e ponto só no último. Nos demais do nono diante, eu reparei que está tudo com ponto.” A Presidente Ana diz “ tem que ser tudo ponto e vírgula. E lá onde está a promoção, ela tem que ser letra minúscula para os outros todos começarem com letra minúscula. Se eu começar com maiúscula, então todos vão com maiúscula. Se eu colocar minúscula. Eu colocaria, eu preferia todos maiúsculo, como está no artigo isso.” A Convidada Marilette diz “ é só com relação ao artigo três daí, Ana, para, não sei se vocês poderem ficar com as meninas com a questão lá do da reparação dos direitos, da violação dos direitos, que como que vai como que vai acontecer isso, porque não tem no resto do texto?” A Presidente Ana Lucia fala “ É bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.” O Conselheiro Luiz diz “ Mas eu tava eu tava lendo esse daqui aqui agora separado, se Ana me permite, ele está dizendo ali, fortalecimento das práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação dos direitos. Mas aqui é só um uma norma geral abrangente, não uma forma de falar, ó, este é o procedimento. É porque esse documento que nós estamos fazendo não é procedimental, ele é normativo. Aí cabe uma normativa em cima desses incisos, se for caso entende que vocês já t aí no Nudcai, que é o que vocês já fazem. De repente seria ali conforme orientações dos núcleos ou dos

conselhos.” A Convidada Marilette fala “ Então, por isso que eu pedi para ver, Luiz, porque quando você coloca ali reparação das diferentes formas de violação, dá a impressão que a que vai ser feita alguma reparação, entendeu? Por mais que se que seja orientativo, fica vago, entendeu? Eu pelo menos entendi isso. Se eu estou errada, me corrijam. Se a gente for parar para pensar, quem é que faz reparação de violação de direitos? Na verdade, nem o conselho.É quem faz reparação o juiz, é a polícia, é o juiz que faz essa reparação. De que forma? punindo o agressor. Então, talvez essa palavra reparação aqui, não sei, a gente tem que pensar aí como que vai mudar isso aí.” A Conselheira Caroline diz “ a minha sugestão é que colocasse um ponto ali na e da defesa dos direitos humanos, porque eu acredito que reparar alguma coisa não é o âmbito do programa. Ele não vem, não nesse sentido que está aqui, ele vem conscientizar, ele vem trazer, a luz sobre os direitos, mas não reparar da forma que está ali. Então, acho que vai trazer um problema pra Secretaria de Educação, e conseqüentemente para cá. Então, a minha sugestão é ponto ali. E defesa é a defesa. Quem faz a defesa ela faz tipo de reparação? Eu entendo dessa forma. Então, a educação vai fazer a defesa dela no que ela pode ofertar.É, ele vem como orientador, a palavra já cobre.” A Presidente Ana solicita ao Secretario Rodrigo arrume as letras maiúsculas e pontos no documento. A Conselheira Caroline diz “ Eu tenho um pedido para você, Ana. Para você fazer a gentileza, você pode revisar, fazendo um favor. Tanto o começo ali, isso que elas elaboraram. Mas se por favor puder dar uma olhadinha e também a questão lá no início da relatoria se seria somente o meu nome, porque aí teria você, tem o Rodrigo, eu não sei o que cabe ali para ficar justo.” A Presidente Ana Lucia diz “ A coordenação então?” A Conselheira Caroline responde “ Isso ali, a coordenação da relatoria, o que ficaria justo. Qual é o adequado, se é somente o meu nome ou se coloca a mais alguns. Como que a gente tem que fazer isso para ficar o certo, O correto? Aí fica na tua mão, Ana como presidente aí da Câmara, tá bom?” A Secretaria dos Conselhos Valdinéia solicita a palavra e diz “ Eu só queria falar sobre as atas que na última reunião acabou sendo esquecido de aprovar, fazer a aprovação da ata, a última reunião da semana passada foi no dia 29. No dia 24 a Vanessa mandou as atas do ano passado que estavam pendente de aprovação. A ata da quarta reunião foi para quem tava presente na quarta reunião da Câmara e a ata da quinta reunião da Câmara de Normas também para aprovação, leitura e aprovação. Só queria que registrasse daí aprovação para poder publicizar elas.” A Presidente ANA Lucia fala “ Então, eu não sei se todo mundo conseguiu ler ou passou despercebido porque foi enviado e a gente não comentou na semana passada. Eu acho que daria para fazer assim, a minha sugestão, manda um e-mail para as pessoas da Câmara, coloca as atas novamente, porque o pessoal tem que responder esse e-mail confirmando se está de acordo com a ata ou não está de acordo com a ata, se tem alguma sugestão. E aí fica oficial e guardado aí como documento. Já pode colocar a data até quinta-feira para vocês na sexta já poder encaminhar para a

publicação.” A Conselheira Carla diz “ Meu nome não está ali.” A Presidente ANA Lucia explica que será colocado , e que no início da reunião o Secretario Rodrigo havia dito que os nomes seriam incluídos após o término da mesma. A Conselheira Caroline diz “ eu quero agradecer, Ana, agradecer você ao Rodrigo, a Marilete também que veio ali contribuir, todos vocês, é tão legal o Conselho funcionando dessa forma, todo mundo contribuindo, colocando, o seu olhar ali, óbvio, que é o papel do Conselho. Mas agradecer muito, pelo esforços de vocês. Quero justificar aqui para vocês, eu sei que não estão todos os conselheiros da nossa reunião de quinta-feira que vai ser online, alguns vão estar viajando, a Ana também vai estar viajando para Guarapuava, eu estarei e fica, não só por isso, a pauta está bem tranqüila, então a gente aqui por direção, conversando aqui com as meninas, a gente achou mais adequado fazer essa reunião online, menos desgaste, também a dificuldade dos profissionais estarem saindo como essa está uma reunião mais tranqüila, a gente achou que seria uma boa forma de contemplá-la. Então, só para de quinta, isso, a ordinária, isso, quinta-feira na convocação, tá lá escrita, mas às vezes não se atenta, depois eu coloco lá. Novamente que ela será um online, tá bom? É isso e só agradeço vocês.” O Conselheiro Luiz diz “ vamos tirar foto, nós não temos o Instagram?” A Conselheira Caroline diz “ Ah, tem que fazer, eu vou fazer esse Instagram, gente. Eu tenho que cobrar as últimas pessoas para autorizar, mas independente disso, eu vou montar. Vou pedir ajuda ali do Douglas, da comunicação, para ele que dá o norte. Aí vamos fazer sim.” O conselheiro Luiz solicita que todos abram suas câmaras para que possa registrar. A Secretaria dos Conselhos Valdinéia justifica que projetou pois já estava acostumada e solicita que o secretario Rodrigo o faça na próxima reunião. A Presidente Ana Lucia diz “ lá na coordenação pode colocar junto com a Carol, eu e você, Rodrigo.” O Secretario Rodrigo responde “ Depois eu imprimo ele e subo aí pra gente dar uma olhadinha se faltou alguma coisa.”

A Presidente Ana Lucia agradece a todos pela presença e encerra a 2ª Reunião Ordinária da Câmara de Normas e Planejamentos.

Ata digitada por Vanessa Ribeiro de Andrade Silka, será aprovada pelos Conselheiros presentes e assinada pela Presidente da Câmara de Normas e Planejamentos.